

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

Mercosul:

Será possível uma maior integração?

Paulo Motta Maia de Oliveira Valerio

0413055

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

Professor Tutor: Márcio Garcia

Professora Orientadora: Eliane Gotlieb

Junho de 2008

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

Agradecimentos

Ao meu padrinho Norval Campos Valério que me proporcionou a possibilidade de estudar na Puc e me deu o melhor ambiente para que meus estudos fossem realizados.

À minha família que sempre me apoiou em todos os momentos. Nela estão incluídos: Norval Campos Valerio, Pedro Pereira da Costa Campos Valerio, Américo Gonçalves Valerio Neto, Thereza Maria Campos Valerio, , Ana Thereza Campos Valerio, Rodrigo Valerio Barreira, Bianca Valerio Barreira e Nina Valerio Barreira e Américo Gonçalves Valerio Filho.

À Eliane Gotlieb, pelas excelentes aulas de economia internacional que me deu e principalmente pelo apoio na elaboração desse trabalho.

Aos meus amigos Matias Aché Pillar Jacobs e Carlos Eduardo Regis Martins Alves que sempre estiveram ao meu lado quando precisei.

Ao Rodrigo Terrezo, fonte de importantes conhecimentos e discussões a respeito de economia.

À amiga Carolina Valle da Fonseca que foi fundamental para mim no ano mais complicado da faculdade.

Ao formandos e formados de ciências econômicas: André Faria de Azevedo, André Gammerman, Arthur Coutinho, Michel Azulai, Thiago Jannuzzi, Thiago Mendez, Tiago Caruso e Vitor Barbosa, por tornarem os períodos de estudo menos desgastantes.

Resumo

Este presente trabalho busca esclarecimentos sobre o Mercosul no sentido de analisar a possibilidade para que a integração na região evolua para uma união. Para isto, serão analisados os dados macroeconômicos do bloco europeu e o Tratado de Maastricht que possibilitou aos países europeus formarem o bloco mais unificado do mundo. Em relação ao Mercosul, será feita uma análise, comparativa à União Européia, dos dados macroeconômicos e também serão citadas questões que precisam ser modificadas na região para a criação de um bloco mais unificado, tais como: a soberania e a flexibilização da mão-de-obra. Por fim, a conclusão do trabalho.

Sumário

Capítulo 1 – Introdução

Seção 1.2 – Motivação

Seção 1.3 – Método

Seção 1.4 – Fontes de dados

Capítulo 2 - O Tratado de Maastricht e análise macroeconômica da União Européia

Seção 2.1 - O que ocorria na Europa antes da União Européia

Seção 2.2 - O tratado de Maastricht e o ônus da unificação

Seção 2.3 – Análise Macroeconômica européia

Seção 2.3.1 – A questão Fiscal

Seção 2.3.2 – A inflação na região

Seção 2.3.3 – Os dados de comércio e conta corrente

Seção 2.4 – O banco central europeu

Seção 2.5 – Conclusão

Capítulo 3 - Os benefícios e os malefícios de uma ampliação da integração no Mercosul

Capítulo 4 – Análise macroeconômica do Mercosul

Seção 4.1 - Harmonização tributária

Seção 4.2 – A questão cambial

Seção 4.3 – A inflação na região

Seção 4.4 – O Comércio na região

Capítulo 6 – Conclusão Final

Capítulo 7 – Bibliografia

Capítulos 8 – Tabelas e gráficos

1. Introdução

É de conhecimento geral que a possibilidade de trocas aumenta o bem estar geral e por isso, uma maior integração comercial é buscada por inúmeros países. No entanto, esta abertura não pode ocorrer de uma hora para outra, pois existem interesses divergentes em relação ao comércio internacional devido ao prejuízo que uma concorrência externa pode acarretar aos produtores internos, além de outros fatores que impossibilitam esta mudança.

A busca por uma maior integração começou na América do Sul, região a ser focada por este estudo, por volta de 1960 com a ALALC (Associação latino - americana de livre comércio). Algumas questões fronteiriças e instabilidades macroeconômicas levaram ao término da ALALC e de outros pactos que surgiram no período e em décadas posteriores. A década de 90, entretanto, resgata alguns compromissos desses acordos e ocorre uma proliferação de novos acordos visando o livre comércio nos países da América Latina. Este fenômeno não ocorre somente nesta região; em 1993, o NAFTA (“North American Free Trade Agreement”) é criado, demonstrando um fenômeno mundial de regionalização. Apesar de existir uma tendência de regionalização no mundo, esta ocorre de maneira distinta quanto à integração econômica. Foi também neste contexto que o Mercosul (mercado comum do sul) foi criado. Isto ocorre em 1991 quando os presidentes da Argentina, do Brasil, do Uruguai e do Paraguai assinaram o Tratado de Assunção. Este tratado previa para o ano de 1995, o mercado comum, que pressupõe a livre circulação de mercadorias, serviços e fatores de produção (trabalho e capital) entre os países. No entanto, imprevistos ocorreram no meio do caminho e postergaram para um futuro ainda não conhecido a criação de um mercado comum na região.

O estudo a seguir procura entender o Mercosul no que tange à integração econômica. Procuraremos responder as seguintes perguntas: a situação macroeconômica dos países possibilita uma integração maior? O que o exemplo da união européia pode acrescentar à discussão? Será que existe um país que possui condições econômicas para se responsabilizar pela região? Será possível a criação de um mercado comum na região nos próximos anos?

Existe uma série de pendências, inclusive questões políticas, para se atingir o objetivo do Tratado de Assunção. A vontade política e os interesses empresariais terão

papel fundamental na determinação do ritmo e até onde a integração vai chegar. O estudo analisará as pendências e tentará responder se é ou não possível saná-las para a criação de um mercado comum.

O trabalho será dividido em 4 Capítulos principais. O primeiro procura resgatar o que aconteceu antes da unificação européia resumindo os principais pontos do Tratado de Maastricht e analisar os principais dados macroeconômicos da região para uma posterior comparação. A segunda parte do trabalho procura analisar quais os benefícios e malefícios de uma maior integração. A terceira procura os pré-requisitos para a criação de uma união monetária e busca fazer uma análise macroeconômica do Mercosul, focando nos pontos referentes à coordenação econômica. Por último, a conclusão e considerações finais.

1.2 - Motivação

Como se sabe o comércio altera toda a estrutura de uma economia, variáveis de suma importância, tais como PIB, Inflação, Câmbio, são diretamente influenciadas por ele. Em um mundo cada vez mais globalizado torna-se imperativo conhecer o nível de trocas entre os países, com que países estão sendo feitas estas trocas e quais bens estão sendo negociados.

O estudo sobre o bloco econômico Mercosul é motivado, portanto, por possibilitar um maior entendimento sobre o comércio internacional brasileiro e, por conseguinte, um maior conhecimento da estrutura econômica brasileira.

1.3 - Método

Este trabalho, por meio da análise de dados macroeconômicos históricos, estudo de diversos autores sobre o tema e teorias macroeconômicas relacionadas, pretende obter um maior entendimento sobre o Mercosul e concluir a respeito da integração na região.

Para se atingir o objetivo do trabalho e obter uma conclusão serão utilizados dados da União Européia, região mais integrada do mundo, para se fazer uma comparação com a região do Mercosul, fazer um estudo dos dados macroeconômicos das duas regiões e utilização de leituras a respeito do tema.

1.4 Fonte de dados

Para execução deste trabalho, foram utilizados livros, “papers” e estudos em geral sobre comércio internacional e sobre o Mercosul.

Os dados para análise macroeconômica encontram-se nos sites dos bancos centrais, dos institutos de estatísticas e dos ministérios de finanças dos respectivos países. Também foram utilizados dados do FMI e a Bloomberg.

2 O tratado de Maastricht e análise macroeconômica da União Européia

A Europa é o exemplo máximo no quesito integração econômica. Para melhor analisar o bloco Mercosul é preciso incluir, portanto, uma análise da União Européia para, pelo menos, ter com o que comparar. Este capítulo busca recordar os momentos vividos pelos países europeus antes da União Européia, lembrando o que foi o

“cobra”, o Sistema Monetário Europeu e a importância do fim da Guerra Fria para a região. Além disso, procura resgatar o que foi o Tratado de Maastricht, as principais cláusulas do tratado e objetiva ainda fazer uma análise macroeconômica dos principais índices referentes à integração econômica. Por fim, antes da conclusão, o capítulo inclui uma seção para dissertar acerca do Sistema de Bancos Centrais Europeu.

2.1 O que ocorria na Europa antes da União Européia¹

“A reunião de líderes europeus em Haia, em dezembro de 1969, marcou início da jornada para a unificação européia. Eles indicaram Pierre Werner, primeiro-ministro e ministro das finanças de Luxemburgo, para chefiar um comitê que esboçaria os passos concretos para eliminar os movimentos intra-europeus das taxas de câmbio, centralizaria as decisões da política monetária da EU e diminuiria as barreiras comerciais remanescentes dentro da Europa. O relatório Werner, adotado pela EU em março de 1971, propôs um programa de três fases que quando completo, resultaria em taxas de câmbio encadeadas e na integração dos bancos centrais nacionais, que formariam um sistema federativo europeu de bancos.”²

Logo após a adoção do tratado de Werner pela EU, acontece a crise cambial nos Estados Unidos. Os países da Europa preferiram, com a crise americana de 1971-1973, em sua maioria, a manutenção da autonomia monetária ao invés de ceder aos objetivos de unificação do tratado. A única união dos países europeus que ocorreu no início da década foi uma pequena coordenação das oscilações das taxas de câmbio contra a moeda americana. Esta coordenação ficou conhecida como “cobra” e a sua importância em relação à integração econômica da Europa foi servir como base para o Sistema Monetário Europeu (1978-1998).

¹ As informações contidas nesta parte do capítulo se baseiam nas informações contidas no livro (Krugman, Paul; Obstfeld, Maurice. A Economia Internacional - 2005, 6ª edição, Tradução: Eliezer Martins Diniz, capítulo 20)

² Krugman, Paul; Obstfeld, Maurice. A Economia Internacional, (2005, 6ª edição, Tradução: Eliezer Martins Diniz, pág. 450)

A despeito de existir uma série de disparidades macroeconômicas entre os países da Europa, este sistema teve êxito até o final da década de noventa. O sucesso se deve basicamente aos artifícios usados para evitar as crises cambiais. Um destes artifícios era deixar as taxas de câmbio flutuar em bandas, sendo que países com maiores taxas de inflação teriam bandas ampliadas. Outra defesa do sistema contra ataques especulativos é a provisão de recursos que os países com moedas fortes ofereciam aos de moedas fracas em momentos de aperto. Alguns fatos históricos, no entanto, atrapalharam o andamento do SME e no final de 1999 a banda passou a ser seis vezes maior do que a anterior.

Um marco para a Europa foi o fim da Guerra Fria. Este trouxe questões para a Europa. Os países europeus possuíam um Pib, se somados, maior do que os Estado Unidos e uma poupança também maior, talvez até um sistema bancário mais forte e, mesmo assim, a moeda que circulava era o dólar. Isso se devia a não criação de uma moeda única e a não criação de um mercado único. Com o fim da guerra fria, com a reunificação alemã e com o “boom” que ocorria nos países do leste europeu (as taxas de juros eram relativamente baixas), não existia um argumento forte contra a integração econômica e as vantagens da unificação, como se pôde ver eram enormes.

A unificação alemã trouxe alguns problemas para a Alemanha e para a Europa. Déficits fiscais surgiram após uma tentativa de modernização da Alemanha Oriental que acarretou em uma taxa maior de juros, inflação, houve aumento do desemprego e uma queda da atividade na região européia. Como o processo de unificação já tinha começado e a unificação da moeda não tinha mais volta, a unificação prosseguiu, só que com uma série de disputas entre os países da região.

O sistema de paridades na região já demonstrava esgotamento e o processo de integração tem um curso natural. Estes dois fatores favoreciam a criação de uma união monetária. Câmbio fixo, livre mobilidade de capitais e autonomia monetária não podem coexistir. A Europa possuía um sistema que claramente iria esgotar e a alternativa encontrada pelos países para resolver este trade-off foi eliminar a autonomia monetária.

O Tratado de Maastricht surge neste contexto. Ele foi assinado na Holanda, por doze países, e neste tratado existiam as diretrizes para a criação de uma moeda única. Algumas destas diretrizes eram as datas-chave e os critérios para convergência, tais como: dívida - PIB 60% e dívida pública 3%. Novas reuniões aconteceram e precisaram melhorar os critérios.

Estas especificações³, além das já citadas acima, são:

-Inflação: a taxa não deverá superar a média de inflação dos três países com menores taxas em 1,5% ao ano.

-Taxas de juros: a taxa não poderá ultrapassar em 2% a média da taxa de juros dos títulos do governo de longo prazo dos três países que possuem as menores taxas de inflação.

-Taxas de câmbio: Os países que desejarem ser membro da união monetária europeia deverão, por um período de dois anos, cumprir a banda cambial determinada pelo sistema monetário europeu.

Hoje o euro é a moeda oficial de vários países. A união europeia continua crescendo e sua moeda é cada vez mais utilizada por inúmeros países como reservas internacionais.

2.2 O Tratado de Maastricht e o ônus da unificação

“O debate em torno do assunto tem de partir do reconhecimento de que há um antagonismo intrínseco entre soberania e integração.”⁴

A unificação como se pode perceber traz inúmeros benefícios para a economia. Por exemplo: a instabilidade econômica inibe o investimento na região. A integração dos países pode trazer uma maior estabilidade, o que favorece o investimento e, por conseguinte, um maior crescimento no longo prazo. No entanto, existem inúmeros problemas que surgem com a questão da integração. A questão da soberania; as

dificuldades de coordenação; os sacrifícios sociais; além de, entre outros fatores, a flexibilização trabalhista.

A perda de soberania poderia ser explicada pela submissão macroeconômica devido aos acordos do Tratado e pela criação de uma moeda única perdendo, por conseguinte, a autonomia monetária. O governo perde, portanto, a capacidade de fazer políticas expansionistas geradoras de déficits e inflação para tirar a economia de uma recessão.

³ Especificações contidas no estudo (Giambiagi, Fábio. Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul, 1997)

⁴ Giambiagi, Fábio. Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul. (Pág. 12, 1997)

Existe a questão da dificuldade de coordenação, que de fato ocorreu no trajeto para a unificação monetária europeia.

Os sacrifícios sociais gerados pela maior integração são causados pela impossibilidade de alterar o câmbio; pois ao estar muito apreciado prejudica as exportações e favorece as importações, prejudicando assim o setor exportador; e pela falta de autonomia fiscal, impossibilitando assim a saída de uma recessão por meio de gastos.

A flexibilização no mercado de trabalho deve ocorrer pelo fato de o câmbio não poder mais ser utilizado. Isto se deve ao componente da competitividade que deve ser resgatado de alguma forma. Observe que, antes, o país poderia ser competitivo simplesmente depreciando o câmbio, agora o mesmo precisa de outro instrumento para se manter competitivo.

Conclui-se, portanto, que pelo exemplo da união europeia existe um grande trade-off entre independência e agrupamento. De certa forma, pode-se pensar sobre o problema de coordenação como uma forma de jogo. As possibilidades de jogadas seriam: o país decide cooperar e perde a autonomia monetária ou decide continuar com sua autonomia monetária e pode arcar com os custos da não integração. Se todos os países cooperam, a melhor estratégia seria cooperar, pois para atrair capital estrangeiro estando fora do grupo seria preciso manter uma taxa de juros mais alta, uma vez que os países do bloco possuem maior credibilidade. Enquanto isso, se os países não aderirem às especificações, a melhor estratégia seria não cooperar, pois cooperando, o país perde a autonomia monetária e ao mesmo tempo não obtém o benefício da unificação. Pensando desta forma, fica claro que a questão da coordenação é mais complicada do que parece. Agora resta saber se é válido ou não para o Mercosul criar um mercado comum dado os custos e benefícios do processo. Antes de seguir adiante e analisar a questão no Mercosul, será feita a análise dos dados macroeconômicos na Europa.

2.3 Análise Macroeconômica Europeia

Nesta seção serão analisados os principais dados macroeconômicos da região europeia. Esta análise focará o processo de integração econômica. O objetivo desta análise é obter dados para posteriormente fazer um comparativo com o Bloco Mercosul.

2.3.1 A questão fiscal

Será vista com mais cuidado a importância da harmonização tributária quando for discutido o tema no capítulo sobre os dados macroeconômicos do Mercosul. Em linhas gerais, a falta de harmonização tributária é prejudicial para a concorrência entre os países do bloco e também afeta a alocação dos investimentos estrangeiros na região. Dados estes fatores e a importância que o Tratado de Maastricht deu para a harmonização tributária, serão analisados os dados fiscais dos principais países da União Européia.

Observando a tabela 1 que mostra os dados anuais do balanço dos governos em percentual do Pib, é possível notar que ocorreu uma evidente harmonização na região. A Itália e a Bélgica, por exemplo, possuíam déficits na casa de 10% ao ano na década de 80 e início da década de 90. Enquanto isso, a Finlândia chegou a obter um superávit na casa de 6%. Em 2006, último ano com dados para todos os países, o maior déficit não chega a 4% enquanto o maior superávit se encontra na casa dos 4%. A variância deste número entre os países era enorme e é possível notar que todos convergiram para valores comuns. Dos doze países que estão sendo analisados, a variância do número em questão não chega a 0,0006, demonstrando uma considerável queda se comparado ao passado. Alguns anos antes, a variância chegou a ser cinco vezes maior.

A tabela 2 mostra os dados de dívida líquida sobre o Pib de três países europeus. É possível notar que tanto a França quanto a Alemanha já atendem ao pré-requisito imposto pelo Tratado de Maastricht em relação à dívida líquida, a Itália, por outro lado, ainda está longe de atingir este objetivo. A despeito de possuir uma relação dívida Pib relativamente grande (na casa dos 100%), a Itália tem reduzido gradativamente este número, assim como fora acordado no Tratado. Países com a relação dívida Pib muito grande não precisam atingir o valor estipulado, mas sim reduzir a sua relação gradativamente.

A harmonização tributária é de fundamental importância para que a unificação aconteça. A importância se deve basicamente às questões competitivas. Imagine se um país possui uma carga tributária de $x\%$ e outro possui uma carga de $y\%$ que é maior do $x\%$ e, além disso, estes dois países estão no mesmo bloco. A partir do momento que tarifas alfandegárias não existam, os produtores do país que possuem a maior carga estarão prejudicados. Além deste fator, a disparidade entre as taxas afeta a alocação dos

investimentos estrangeiros no bloco. Um país que deseja investir buscará a região que gera maiores lucros, portanto a que possuir a menor carga tributária, “ceteris paribus”. A disparidade entre as taxa tributarias pode, portanto, afetar a corrente de comércio, alterando, por conseguinte, os possíveis ganhos comerciais obtidos com a criação de um bloco econômico.

2.3.2 A inflação na região

Novamente a importância deste número para o sucesso de um processo de integração econômica será analisada no capítulo referente ao Mercosul. Como se sabe, a homogeneidade das taxas de câmbio é um dos principais objetivos do Tratado de Maastricht, tanto que uma moeda única fora criada na região. A inflação, além de afetar preços relativos, altera a taxa de câmbio real. Se não existir uma harmonização das taxas de inflação, não existirá homogeneidade nas taxas de câmbio real afetando, por conseguinte, o processo de integração.

Analisando a tabela 3 é possível notar que as taxas de inflação convergiram para valores próximos ao exigido pelo o tratado. A inflação chegou a ser 25% na Grécia e 33% em Portugal na década de 80 e hoje se encontram na casa dos 4% e 2,4% respectivamente. Itália e Espanha também possuíam inflação relativamente alta rondando a casa dos 10% no início da década de 1980, ambos os países obtiveram sucesso na redução da taxa.

Em suma, os dados europeus novamente servirão de exemplo para uma posterior análise comparativa com o Mercosul. É evidente, olhando apenas para os dados, que é de suma importância uma taxa de inflação homogênea para a União Européia e para outros blocos que objetivarem uma maior integração. A harmonização das taxas de inflação é fundamental para que os países não influenciem a corrente de comércio pelos preços. A variação dos preços relativos entre dois países afetam diretamente a taxa de câmbio real. Isto, pois se os preços relativos entre os países dos bens estão aumentando e o câmbio estável, o país que possui inflação mais baixa passará a demandar menos do país que tem inflação maior. Logo, os argumentos usados para defender uma taxa de câmbio estável devem ser usados para defender a homogeneidade das taxas de inflação.

2.3.3 Dados de comércio e de conta corrente

Os dados de comércio ilustram o quanto os países estão integrados. Se aumentar o comércio entre os países de maneira considerável enquanto o comércio com outros países não crescer tanto, é possível afirmar que a integração na região aumentou. Este dado, portanto, ajuda a medir o quanto se intensificou a integração.

Por outro lado, o dado de conta corrente é importante, pois um déficit ou superávit está diretamente relacionado com variações cambiais ou com pressões sobre o câmbio. Mais uma vez, uma análise mais acurada será feita no capítulo 4 deste trabalho.

Observando os gráficos 1 e 2 apresentados no final deste estudo, fica evidente que a integração europeia se intensificou. O comércio entre os países cresceu bastante passando de cerca de 2 bilhões de euro no ano 2000 para aproximadamente 3,5 bilhões em 2006. A troca com os países de fora do bloco embora tenha crescido neste período, só atingiu em 2006 o patamar de 1996 do comércio entre os países do bloco.

A tabela 4 mostra os dados de conta corrente dos Países da União Europeia. Verifica-se que estes não são homogêneos e que também nada é especificado no Tratado de Maastricht.

2.5 Banco Central Europeu

O Sistema Europeu de Bancos Centrais consiste no Banco Central Europeu, situado na Alemanha, e em 12 outros bancos centrais nacionais, que exercem uma função análoga à dos bancos regionais do Federal Reserve nos Estados Unidos. As decisões do Sistema Europeu de Bancos Centrais são tomadas por voto do Conselho Administrativo do Banco Central Europeu. Este conselho é formado por seis membros do BCE e pelos chefes dos bancos centrais nacionais.

O Tratado de Maastricht buscava criar um Banco Central independente e que fosse livre das influências políticas que poderiam levar à inflação. O Tratado ainda impõe ao banco que, além de controlar preços, deve se afastar de influências políticas. A grande vantagem do BCE é que este opera acima de qualquer governo isolado, não sofrendo influências que bancos centrais comuns sofrem por estarem submetidos a um sistema de leis de um país. Os críticos do SEBC defendem que este sistema mantém o público alijado das decisões.

Apesar de possuir alto grau de independência estatutária, existe dependência política em pelo menos dois aspectos. Primeiro, a eleição dos membros do SEBC é feita por políticos e segundo, o Tratado de Maastricht deixa na mão de políticos as políticas referentes à taxa de câmbio.

2.4 Conclusão

Ocorreu uma convergência nos principais dados macroeconômicos e que houve uma intensificação da integração nos últimos dez anos nos países da Europa que aderiram ao Euro.

A taxa anual de inflação dos países europeus, que chegou a oscilar entre 2% e 23% no início da década de 90, convergiu para valores entre -0,2% e 5% no ano de 2007. O déficit fiscal também convergiu. No início da década de 90, o déficit do governo atingia 14% do PIB em países como Grécia, sendo que no ano de 2006 o maior valor para este dado é de cerca de 4%, como está indicado na tabela 1.

Finalmente, o comércio intra-bloco aumentou substancialmente passando de cerca de 2 bilhões de Euro ao ano para cerca de 4 bilhões ao ano.

Há que se mencionar entretanto, que diferente do esperado, taxas anuais de crescimento permaneceram baixas no ano seguinte a implantação do Euro, como mostra a tabela 24 no final do estudo.

3 Os benefícios e os malefícios de uma ampliação da integração no Mercosul

“As especificidades das economias do Mercosul sugerem que nem sempre as soluções da união europeia poderão ser reproduzidas e nem sempre serão positivas para o processo de integração”.⁵

Vejamos quais seriam as principais vantagens para os países do Mercosul se fosse criada uma união monetária na região. A região tenderia a ser mais respeitada pelo mundo todo e tenderia a ganhar mais credibilidade. A estabilidade, o estímulo aos investimentos, a redução das taxas de juros, a redução da incerteza cambial e a diminuição dos custos de transação seriam outros benefícios evidentes com a criação de uma união na região.

A estabilidade seria obtida por meio da criação de um banco central único e restrições fiscais adequadas na região. Apesar de a inflação estar estável por algum tempo no Brasil e até mesmo na Argentina, ainda existem dúvidas em relação à estabilidade destes países no longo prazo. Portanto, com a criação de um mercado único, com o ganho de credibilidade e estabilidade, mais títulos do governo de longo prazo seriam vendidos e, por conseguinte, um melhor financiamento seria obtido graças à conquista de uma maior estabilidade.

O estímulo aos investimentos viria de quebra com o ganho de credibilidade e conquista de uma moeda mais estável. A moeda estável possibilita a previsão mais acurada de retornos destes investimentos no longo prazo, favorecendo, então, aos investidores, que conhecendo estes retornos passarão a investir com menos medo. A estabilidade e o aumento de credibilidade vão, portanto, atrair mais investimentos externos porque, além de reduzir a taxa de juros barateando o custo de se investir, possibilitarão a previsão dos retornos do capital aplicado.

“Um impulso significativo para que o tema das negociações comerciais passasse a fazer parte da agenda política doméstica veio das negociações do Mercosul com seus grandes parceiros desenvolvidos: os EUA e a União Europeia.”⁶

O bloco ganharia mais confiança de seus principais parceiros comerciais, aumentando assim, não só o comércio intra-regional, mas sim o comércio com todos os países.

⁵ Valls, Lia. Mercosul: perspectiva da integração. (2^a edição, Capítulo 1-Tratado de Assunção: resultados e perspectivas, pág. 45, ano 1997).

⁶ Veiga, Pedro da Motta. As negociações comerciais intra e extra-Mercosul. (pág. 1, ano 2005)

Outro fator positivo com a criação de um mercado comum é a redução dos custos de transação. Existiram menos barreiras comerciais e as moedas serão mais estáveis, com isso os custos de transação serão reduzidos.

É relevante ressaltar que o ganho com a integração é diretamente proporcional à dependência dos países em relação aos outros do bloco. Imagine que 60% do comércio total de um país x seja feito com os outros do bloco, enquanto somente 10% do comércio total do país y seja feito com os outros do bloco. O benefício de uma maior integração para o país x é muito maior do que o benefício do país y. Imagine quanto o país x economizará em custos de transação caso exista uma moeda única no bloco. Esta economia será muito maior do que a do país y, portanto o benefício de um ganho de eficiência monetária é maior para os países que possuem um maior grau de integração econômica com a área da taxa de câmbio. É relevante, por conseguinte, quando for analisado os dados macroeconômicos do Mercosul, que se verifique o grau de integração entre os países para justificar ou não a criação de um bloco mais integrado. Isto porque existem custos referentes ao processo em questão.

Quais seriam os reveses do processo de integração continuar evoluindo? Como foi afirmado anteriormente, a questão da soberania; as dificuldades de coordenação; os sacrifícios sociais; além de, entre outros fatores, a flexibilização trabalhista são os principais ônus da unificação. Como estes problemas no Mercosul se diferem dos da União Européia.

A questão da soberania é uma questão que preocupa. Existe uma questão que surge quando o assunto é a soberania: até que ponto os países do Mercosul estão dispostos a limitar sua soberania em prol de um processo de integração? Esta pergunta é fundamental, pois a constituição brasileira não acata a limitação de sua soberania. Ou seja, o Brasil, pela constituição, nunca poderia se submeter ao Banco Central unificado, caso este existisse. Por outro lado, o Mercosul, embora não pareça, já conquistou muito no âmbito integracionista. Além deste fato, as questões vivenciadas por Brasil e Argentina diferenciam muito das questões de países como Alemanha e França que já viveram muitos atritos no passado. Sem se esquecer que a língua é de extrema relevância para uma unificação e esta é muito mais homogênea no Mercosul do que na Europa.

A questão cambial será abordada no capítulo 4.

No que se refere à unificação não precisa nem falar que esta seria muito mais fácil no Mercosul com quatro países do que na União Européia com vários.

No que tange ao custo social os dois blocos diferem mais uma vez e novamente o Mercosul possui uma vantagem em relação à União Européia. Em primeiro lugar, enquanto 12 dos 15 países que inicialmente faziam parte da União Européia precisavam fazer ajustes para melhorar os índices fiscais, no Mercosul os quatro países que fazem parte já estão vivendo processos de ajuste. Em segundo lugar, se os requisitos de Maastricht forem incorporados ao Mercosul, os quatro países que fazem parte do bloco já estariam com a maioria dos índices dentro dos limites preestabelecidos. Embora o Mercosul possua as contas fiscais dentro do tratado de Maastricht, como já foi adiantado aqui e que será visto novamente no próximo capítulo, os países do bloco terão custos sociais para ajustar a inflação e outros índices tão importantes.

Em relação à rigidez no mercado de trabalho é preciso mudanças. O mercado de trabalho no Brasil e nos outros países do Mercosul é muito rígido. Se o mercado de trabalho não for flexível e o câmbio for fixo, o mercado reagirá através de mudanças de preços e salários. Esta questão não chega a impedir a criação de uma união na região segundo os pensamentos de Fábio Giambiagi, mas com ou sem a criação de um bloco mais integrado ela precisará ser revista e ajustada.

Assim como os ganhos obtidos com uma integração dependem do grau de integração econômica entre o país e o bloco, as perdas que foram analisadas também possuem correlação, no entanto, esta é negativa. Por exemplo, imagine um choque de demanda que afete somente o país x. Se este estiver atrelado ao bloco, não poderá alterar o câmbio, uma vez que este é fixo, para ajustar a demanda. O ajuste virá por uma mudança nos preços e salários. Como foi dito, uma maior integração possibilita uma redução destes custos. Isto se deve, basicamente, a dois motivos. Primeiro, se a economia deste país estiver muito atrelada a outro país, uma variação de preço ínfima gerará uma modificação enorme na demanda, pois os outros países demandarão mais deste país. Segundo, se as economias estiverem atreladas, as pessoas sem emprego poderão procurar emprego em outra região. Em suma, existem custos e benefícios

relacionados ao processo de integração, o benefício líquido, como foi visto, é diretamente proporcional ao grau de integração entre os países.⁷

Por fim, a despeito de existirem inúmeras dificuldades, é relevante ressaltar que, como foi visto acima no caso da Europa, países como Itália e Grécia possuíam e ainda possuem uma dívida pública gigantesca. Fora isso, existiam muitos países para se coordenar, com uma divergência lingüística enorme e mesmo assim conseguiram atingir o objetivo. Foi visto ainda que o benefício líquido gerado pelo ingresso de um país em um bloco é diretamente proporcional ao grau de integração entre os países. Adiante serão vistos os principais dados macroeconômicos do Mercosul para que se possa analisar com mais precisão os prós e os contras em relação à integração.

4. Análise Macroeconômica do Mercosul

⁷ Este raciocínio é baseado no que foi ensinado no livro (Krugman, Paul; Obstfeld, Maurice. A Economia Internacional - 2005, 6ª edição, Tradução: Eliezer Martins Diniz, capítulo 20)

“Em outras palavras, o que se requer também é a coordenação das políticas macroeconômicas. Os países envolvidos em um projeto de integração devem procurar metas macroeconômicas similares, a fim de que os estímulos criados pela própria integração, como especializações e obtenção de economias de escala, não sejam distorcidos por ambientes macroeconômicos extremamente diferentes.”⁸

O Mercosul é uma ruptura positiva nas tentativas frustradas de integração na América do sul. A metodologia adotada no processo de integração foi uma eliminação gradual, automática e universal das barreiras comerciais entre os países do bloco.

A iniciativa demonstra certo êxito, pois até o ano de 1997 o nível de comércio entre os países aumentou consideravelmente. A interdependência entre os países aumenta, obviamente. Este fato não ocorre somente pelo aumento do comércio na região, este se deve também por facilitar projetos e iniciativas. Esta integração, por outro lado, possui um viés, os países membros ficaram mais vulneráveis à instabilidade econômica dos países do bloco.

As dificuldades enfrentadas atualmente pelo bloco tiveram início no período pós-transição para a união aduaneira (1995/1997), quando o Mercosul vivia sua melhor fase. Devido às divergências de interesses entre os membros foi criada uma agenda de consolidação e aprofundamento em dezembro de 1995. Após a criação desta agenda, sempre existiu o atraso de implementações de suas metas e os atrasos com o passar dos anos foram crescentes.

A transição para união aduaneira não foi muito árdua, pois os requerimentos objetivados eram mínimos. Concluída a união aduaneira, os objetivos do bloco mudam um pouco de foco.

Em 1997, com a crise da Ásia, a situação difícil do Mercosul fica mais clara e é agravada pela desvalorização do real de 1999. Em 2002, o comércio do Brasil com os sócios representava cerca da metade dos valores registrados em 1997, o que demonstra as dificuldades que o bloco estava vivendo.

Em 2000, para que houvesse uma reversão do quadro apresentado pelo Mercosul, foi apresentada uma nova agenda que visava superar conflitos e criação de

⁸ Valls, Lia. Mercosul: perspectiva da integração. (2^a edição, Capítulo 1-Tratado de Assunção: resultados e perspectivas, pág. 45, ano 1997 .

novas regras e disciplinas. Isto não foi suficiente para sanar os problemas que se agravaram na região com a crise argentina.

Em 2003, com o fim da crise e a eleição de presidentes favoráveis ao Mercosul, o bloco ganha mais um fôlego para conseguir superar seus problemas e seguir em frente com o processo de integração.

O Mercosul obteve avanços importantes, mas os conflitos intra-bloco permaneceram vivos. Um exemplo deste conflito é a adoção de medidas protecionistas intra-bloco pela Argentina. Apesar de a crise Argentina ter sido superada e a eleição nos dois principais países ter terminado; manifestações, principalmente setoriais, ocorriam nos países pedindo a revisão do bloco.

É evidente que o Mercosul neste período viveu uma crise. Fora o déficit que o bloco possui com a sua agenda, é relevante ressaltar que as assimetrias entre a economia brasileira e a economia argentina, os dois principais países do bloco, estão aumentando. A partir daqui será feita uma análise macroeconômica dos pontos específicos da região verificando minuciosamente os principais números no que diz respeito à integração econômica e o que deve ser feito para a obtenção de uma maior integração econômica. A primeira questão que será discutida será harmonização tributária. A segunda questão, tão relevante quanto à primeira, será a questão cambial. Será analisado ainda o comércio entre os países do bloco e o comércio em geral dos países da região. Por fim, outros índices serão analisados com cuidado, tais como a inflação.

4.1 Harmonização tributária

“A harmonização tributária é um processo através do qual vários países efetuam de comum acordo modificações nos seus sistemas tributários para torná-los compatíveis, de modo a não gerar distorções que afetem suas relações econômicas no contexto de um tratado de integração econômica”.⁹

Para que ocorra uma integração eficiente é preciso que sejam retirados todos os entraves, sendo os mais evidentes as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio

⁹ Pita, Claudino, Mercosul: perspectiva da integração. (2^a edição, Capítulo 4 - Uma abordagem conceitual da harmonização tributária no Mercosul, pág. 121, ano 1997).

exterior. Entrementes, à medida que estas barreiras são retiradas, surgem novos obstáculos relacionados à harmonização tributária. Enquanto existir uma diferença considerável na cobrança de tributos, existirá uma grande diferença no quesito competitividade entre os países. Isto ocorre porque, imagine se um país cobrar x% de imposto na fabricação de um produto e outro país cobrar 2x%, o produtor do segundo país não estará concorrendo de igual para igual com o primeiro país. Como disse Claudino Pita: “Na medida em que os tributos internos incidem na formação dos preços e na rentabilidade dos investimentos, diferenças marcantes nessa tributação podem constituir também uma barreira de natureza institucional à livre concorrência no mercado ampliado”.¹⁰

Além do fator concorrência ressaltado acima, existe o fator alocação geográfica dos investimentos que também é afetado pela diferença das tributações entre os países. Imagine que não são cobradas taxas entre os países do bloco. Se em um país o custo imposto for bem menor do que em outro do mesmo bloco, dificilmente multinacionais se instalarão neste país, *ceteris paribus*. No caso do Mercosul, se não existir uma harmonização preestabelecida, os países poderão entrar em uma “guerra de incentivos” para ver quem irá atrair mais investimentos e isso com certeza não será benéfico para os países do bloco.

Um fator institucional como o imposto, pode distorcer as correntes de comércio e como consequência, acaba impedindo a maximização das reais vantagens propiciadas pela liberalização do comércio na região.

Outro autor que ressalta a harmonização tributária é o Carlos Roberto Lavalle da Silva: “... quanto maior o grau de integração econômica pretendida e quanto mais o processo se desenvolve, mais se deve avançar em termos de harmonização tributária”.¹¹

Logicamente a harmonização neste caso não é um sinônimo para uniformização. Cada país tem a sua peculiaridade e casos como os de externalidades devem ser corrigidos com tributos ou subsídios que forem precisos.

¹⁰ Pita, Claudino. Mercosul: perspectiva da integração. (2^a edição, Capítulo 4-Uma abordagem conceitual da harmonização tributária no Mercosul, pág. 121, ano 1997 .

¹¹Silva, Carlo Roberto da, Mercosul: perspectiva da integração. (2^a edição, Capítulo 5-Harmonização tributária no Mercosul, pág. 143, ano 1997 .

Depois de se argumentar a favor de uma maior integração, será feito um resumo com os principais dados fiscais da região possibilitando, pois, ter uma melhor visão da região quanto a esse aspecto que como foi visto é muito importante para a integração.

Analisando os principais dados fiscais, resultado primário do governo nacional, Resultado Nominal do governo nacional, dívida líquida do governo com reservas e dívida líquida do setor público consolidado é possível ter uma boa noção da situação fiscal e o que interfere no processo de integração.

Os Resultados primários dos quatro governos são bastante homogêneos. Observando as tabelas 8, 9, 10, e 11, é possível averiguar esta homogeneidade. Enquanto o maior superávit é de 3.4% do Pib, o menor é de 2,45% em março de 2007.

O resultado nominal é muito mais instável. Este, no entanto, possui menos relevância para a análise, uma vez que pagamentos de juros trazem maior volatilidade para o dado fiscal. Mesmo assim, os dados se encontram nas tabelas 12, 13, 14 e 15.

Analisando o dado harmonizado (dado calculado através de uma metodologia harmonizada fornecido pelo site www.mecon.gov.ar) sobre a dívida líquida com reservas do governo (tabelas 16, 17, 18 e 19), é possível inquirir que nenhum país supera a marca de 45% sobre o Pib, o que é uma grande façanha para países que já possuíram sérios problemas com dívidas. A dívida do setor público consolidado (tabelas 20, 21, 22 e 23) aumenta um pouco o valor do teto (passa a ser 47%), mas nada que represente perigo para nenhum dos quatro países.

Após a análise dos dados é possível inferir que no quesito fiscal, o Mercosul está no rumo de uma maior integração. Os requisitos básicos para o âmbito fiscal do Tratado de Maastricht já estão todos preenchidos no Mercosul. Se esses forem usados para uma ampliação da integração na região, estes países poderão continuar com as mesmas políticas fiscais que já fazem até o momento.

4.2 A questão cambial

A taxa de câmbio nada mais é do que o valor da moeda de um país em termos da do outro. Como fora afirmado acima, uma taxa de câmbio estável é condição necessária para que capital estrangeiro seja atraído e que investimentos sejam feitos determinando um maior crescimento no longo prazo. Isto se deve ao fato de que com um câmbio

previsível os retornos dos investimentos se tornam menos inseguros e mais fáceis de calcular, enquanto o risco de se ocorrer um ataque especulativo diminui.

Em relação à integração econômica, uma taxa de câmbio estável é preponderante para que os preços relativos dos produtos entre os países se mantenham estáveis.

Além disso, uma moeda única promoveria uma queda dos custos de transação e de conversão de moedas. Outro argumento em favor da unificação monetária é que com ela as indústrias perderiam a capacidade de discriminar preços em mercados segmentados, o que favorece aos consumidores como um todo.

O argumento contrário à criação de uma moeda única seria que os países perderiam autonomia para corrigir choques no balanço de pagamentos, no produto e no emprego. Uma depreciação aumenta o custo dos importados e reduz no exterior o custo dos exportados, aumentando o resultado na balança comercial que aumenta o PIB, resolve o problema no balanço de pagamentos e altera o nível de emprego. Essa perda de autonomia se agrava muito quando os países não têm capacidade de corrigir estes choques de outra maneira tal como usar a flexibilidade no mercado de trabalho diminuindo ou aumentando salários e demitindo caso fosse preciso.

Os reveses da integração já foram discutidos acima. Caso seja decidido por uma maior integração na região, significa que os benefícios superam os custos e que, portanto é melhor que a unificação da moeda seja feita.

Será analisado nesta seção como estão variando as taxas de câmbio dos países e o que foi acordado no Tratado de Maastricht. Em suma, será visto o que é preciso modificar para que as taxas de câmbio não sejam mais um entrave para a evolução do Mercosul.

Observando as taxas de câmbio real no gráfico 3, é possível perceber que existe uma grande disparidade entre os países. Enquanto o câmbio real brasileiro apreciou de 2002 até 2007 (com apenas pequenas depreciações no meio do caminho), o câmbio real argentino depreciou cerca de 180% , ou seja, a diferença entre os câmbios reais dos dois maiores países do Mercosul, difere em mais de 200%, marca atingida em menos de 10 anos, uma vez que os índices criados possuem o mesmo valor no ano de 2000 (igual a 100).

Em suma, a despeito de a volatilidade das taxas ter diminuído nos últimos anos, os valores e a disparidade entre as volatilidades das taxas apresentados pelos quatro países

claramente impedem a criação de uma moeda única na região, fator que impossibilita a evolução para um estágio de união como é caracterizado o bloco europeu.

4.3 A inflação na região

A inflação é um fenômeno monetário, como dizia Friedman. No que se refere à questão da integração, a inflação tem a capacidade de influenciar preços relativos assim como a taxa de câmbio. A taxa de câmbio real, taxa que realmente importa, é calculada multiplicando a taxa de câmbio nominal pela relação entre preços externos e preços internos ($E \times P^*/P$ – onde E é a taxa nominal de câmbio, P^* é o mesmo que preços externos e P preços internos).

A taxa de câmbio real é a relevante porque imagine uma taxa nominal entre dois países inalterada. Se não existir inflação em um dos países e no outro a inflação for de $x\%$, os preços dos bens do país com inflação em relação ao outro vão aumentar (ou seja, os bens do país sem inflação ficarão mais baratos em relação aos bens do outro país). Uma variação equivalente na taxa de câmbio mantendo os preços constantes seria uma apreciação do país que tem inflação. Este país desejará nos dois casos mais bens externos, *ceteris paribus*, do que era desejado anteriormente.

Em suma, os argumentos que foram utilizados para defender uma harmonização ou mesmo uma criação de uma moeda única valem para inflação. Uma harmonização das taxas de inflação em um nível parecido é necessária para que não existam distorções nos preços relativos, lembrando que harmonização não é o mesmo que uniformização. Como foi visto, manipulações nas taxas de câmbio não são desejadas caso se queira uma maior integração, principalmente por questões de concorrência. O mesmo argumento vale para a inflação uma vez que alterando a mesma, a taxa de câmbio real que é a relevante também se modifica.

Dada a importância deste índice para o processo de integração será feita uma análise dos dados, enfocando as exigências do tratado de unificação europeu e também será feito um comparativo com a região Européia. Será verificado, portanto, o que é preciso ser feito no que se refere à inflação caso se queira que a integração na região se intensifique.

Como é possível ver na tabela 5, a década de 1980 e início de 1990 foram trágicas no que se refere à inflação no Mercosul. A Argentina chegou a atingir taxas na ordem de 4000% ao ano em 1989 enquanto o Brasil atingiu 2500% no período caracterizado como de hiperinflação tendo como principal causa problemas fiscais. Planos de estabilização, entretanto tiveram relativo sucesso na região como se pode observar na tabela. O final da década de 1990 apresentou relativo sucesso nas tentativas de estabilização das taxas de preço. A Argentina chegou a ter deflação de 1,9% em 1999 e o Brasil apresentou taxa de somente 12% no auge da crise argentina em 2002.

O nível de preços não chega aos pés do que aconteceu no passado na região, mas para alcançar a meta do Tratado de Maastricht de não ultrapassar em 1,5% a média da inflação dos três países que possuem menores taxas ainda falta um pouco. Enquanto a inflação do Brasil se encontra na casa dos 4%, a taxa do Uruguai para o ano de 2007 é de 8,5%.

Em suma, para a consolidação de uma união em qualquer região é necessário que os níveis de inflação estejam em harmonia e de preferência em níveis baixos. Como se pôde notar, nos últimos anos o Mercosul conseguiu inúmeros ganhos neste sentido, mas para que seja respeitado o pré-requisito do Tratado de Maastricht referente à inflação é preciso ainda alguns anos de estabilização para que níveis de 8% como é o caso da Argentina e Uruguai diminuam para uma inflação mais razoável.

4.4 O comércio no Mercosul

Os dados de comércio são fundamentais para verificar o quanto uma região está integrada. Como foi visto no capítulo 3, o benefício líquido, isto é, os benefícios menos os custos, de se entrar em um bloco está intimamente relacionado com o quanto os países estão integrados. Lembre-se que países integrados e dentro de um bloco possuem maior vantagem para sair, por exemplo, de uma crise de demanda do que países que estão em um bloco, mas que não possuem tal grau de integração. Os mais integrados tem a possibilidade de obter maior demanda com redução de preços e os trabalhadores destes países, quando o bloco é muito integrado, tem a possibilidade de procurar emprego em outras regiões. Por conseguinte, os dados de comércio são

fundamentais para identificar se vale prosseguir com o processo de criação de um bloco, pois este verifica o quanto os países estão integrados.

Serão analisados abaixo os principais dados de comércio dos países do Mercosul, verificando em seguida o quanto os países estão integrados e se houve ou não aumento considerável de comércio intra-regional que justifique uma ampliação da integração na região.

Ao Averiguar os dados do grau de abertura da região na tabela 6 verifica-se que os países com maior abertura são os menores países, Paraguai e Uruguai. Ao mesmo tempo em que o Brasil é o maior país da região com uma população de 189 milhões de habitantes contra apenas cerca de 40 milhões de habitantes no segundo maior país (Argentina), possui o menor grau de abertura (apenas 26,4% segundo os dados do IFS). Por conseguinte, isto compromete bastante uma tentativa de evolução do Mercosul.

Analisando os dados com maior profundidade é possível inquirir que o comércio intra-Mercosul é muito escasso e que a evolução, se é que existe alguma, é muito lenta. O Brasil, como é possível notar na tabela 7, exporta apenas 10% de seus produtos para os outros países do Mercosul, enquanto a Argentina, segundo maior país da região, exporta somente cerca de 20% para a região.

Em suma, analisando superficialmente os dados de comércio dos países do Mercosul, é possível perceber que a região ainda tem muito a evoluir neste aspecto para que almeje algum posto mais alto no processo de integração. É relevante ressaltar novamente que, quanto mais integrada for uma região, maior os benefícios e menores serão os custos de uma possível intensificação do processo de integração. Ademais, olhando para os gráficos das exportações mais importações européia, verifica-se que os países europeus exportam mais importam em média para os países intra-EU 25, cerca de 60% da soma de seu comércio com todos os países, o que corrobora com a tese sobre a importância da intensificação do comércio.

Após fazer uma análise do bloco econômico europeu, verificar algumas questões da soberania brasileira, conhecer o tratado de Maastricht e fazer uma análise macroeconômica completa dos principais dados do Mercosul fazendo um comparativo com a União Européia, chegamos ao fim do trabalho onde procuraremos responder se é possível uma evolução do bloco Mercosul no que diz respeito à maior integração regional.

O primeiro ponto de grande impacto na análise desta questão encontrado no texto acima é aquele que se refere à soberania. O ponto ressalta que para o Mercosul dar o seu próximo passo, é preciso que exista uma perda de soberania dos países envolvidos (abdicar da autonomia monetária, por exemplo). O grande problema é que o Brasil possui uma constituição que impossibilita a perda de soberania de suas instituições, incluindo o Banco Central. Portanto, sem se dar o trabalho de analisar a constituição dos outros três países, somente este fato causa grandes problemas para a criação de uma união na região.

Foram encontrados outros pontos que impedem a criação do bloco na região. Um deles se refere à inflação. Relembrando o que foi dito no capítulo 4, é possível averiguar a situação do bloco no que concerne à inflação: Como se pôde notar, nos últimos anos o Mercosul conseguiu inúmeros ganhos neste sentido, mas para que seja respeitado o pré-requisito do Tratado de Maastricht referente à inflação é preciso ainda alguns anos de estabilização para que níveis de inflação altos e crescentes, como é o caso da Argentina e Uruguai, diminuam para uma inflação mais razoável. Este número claramente dificulta a possibilidade de intensificação da integração na região. Além deste, outros dados macroeconômicos do Mercosul enfraquecem esta possibilidade.

Um deles é a questão da integração comercial atual na região. Como fora argumentado anteriormente, quanto mais integrado for um bloco comercial menos complicado é para um país resolver questões de demanda mesmo após a perda de sua autonomia monetária. Além disso, a redução dos custos de transação é maior e, portanto, gera mais benefícios quando o bloco é mais integrado. Foi visto ainda que o Mercosul possui um grau de integração comercial muito pequeno se comparado a Europa. O Brasil exporta apenas 10% do total para países do Mercosul. Em vista disto, o Mercosul ainda não está pronto para arcar com os custos advindos da perda de autonomia e soberania proporcionadas pela criação de uma União.

O último argumento contra o Mercosul se encontra nos dados de taxa de câmbio real. Em vista dos fatos mencionados, é evidente que uma homogeneidade nas taxas é de suma importância para a criação de uma moeda única, passo imprescindível para a criação de um bloco mais unificado. Ainda em relação ao que fora visto é possível notar que as taxas dos dois principais países do bloco, Brasil e Argentina, estão longe da homogeneidade, se distanciando uma da outra em mais de 200% nos últimos cinco anos.

Os argumentos a favor são escassos. O primeiro deles se refere ao tamanho do bloco, este por ser pequeno possui menos dificuldades que, por exemplo, a Europa teve para se coordenar, sem falar da língua mais homogênea. No âmbito macroeconômico, os únicos dados que se encontram dentro dos pré-requisitos do tratado de Maastricht são os dados que se referem aos números fiscais. Os quatro países precisaram, ao longo dos anos, de números fiscais positivos para transmitir confiança aos investidores, controlar a inflação e devido a outros fatores, por isto este número está de acordo com as normas do tratado acima.

Em suma, analisando os argumentos contrários e os favoráveis à intensificação da integração no bloco Mercosul, chega-se a conclusão de que será muito difícil, nos anos que se seguem, a criação de uma união na região

6. Referencias bibliográficas

- Blanchard, Olivier. *Macroeconomia*, (Pearson Prentice Hall, 2004, 3ª Edição, Tradução: Monica Rosemberg)
- Krugman, Paul; Obstfeld, Maurice. *A Economia Internacional*, (2005, 6ª edição, Tradução: Eliezer Martins Diniz)
- Brandão, Antônio Salazar P.; Valls, Lia. *MERCOSUL perspectivas da integração*, (1997, 2ª edição)
- Gonçalves, Reinaldo. *O Brasil e o comércio internacional*, (2ª edição, 2003)
- Veiga, Pedro da Motta. *As negociações intra e extra-mercosul* (2005)
- Macedo, Jorge Braga de. *Financial crises and International architecture: a "eurocentric" perspectives*, (OECD development centre, Working Paper no. 162, 2000)

- Bittencourt,-Mauricio-V-L; Larson,-Donald-W; Thompson,-Stanley-R. Impactos da Volatilidade da Taxa de Cambio no Comercio Setorial do Mercosul, (2007)
- Pastore, Affonso Celso; Pinotti, Maria Cristina. Globalização, Fluxos de Capitais e Regimes Cambiais: Reflexões sobre o Brasil, (2000)
 - Mendonça de, Helder Ferreira de; Silva da, Anabel. Moeda Única no Mercosul, (2004)
 - Arestis, Philip; Ferrari-Filho, Fernando; Paula de, Luiz Fernando; Sawyer, Malcolm. O euro e a UME: Lições para o Mercosul (Edições Publicadas da Revista ECONOMIA E SOCIEDADE – Unicamp)
 - Ferrari Filho, Fernando; Paula de, Luiz Fernando. Será consistente a proposta de uma união monetária no Mercosul? (Revista de economia política, vol 22, n2, abr-jun – 2002)
 - Giambiagi, Fábio. Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul, (1997)
 - Kume, Honório; Piani, Guida. Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio
 - Amado, Adriana Moreira; Silva da, Luiz Afonso Simoes. Considerações sobre as perspectivas nacionais e regionais do processo de integração monetário-financeira do MERCOSUL, (2000)
 - Chagas, Leonardo. INTEGRAÇÃO MONETÁRIA NO MERCOSUL: Ganhos com menores custos de transação?, (2007)
 - Flores jr., Renato G. The gains from Mercosul: a General equilibrium, imperfect competition Evaluation
 - Ventura, Deisy. Direito Comunitário do Mercosul, (Livraria do advogado editora, 2ª edição, 1997)

7. Tabelas e gráficos

Tabela 1

Países	General government balance, percent of GDP										
	Austria	Belgium	Finland	France	Germany	Greece	Italy	Netherlands	Portugal	Slovenia	Spain
1980	-1,7%	-9,5%	2,2%	0,0%	-2,8%	-2,4%	-8,4%	-4,0%	-6,5%	1,0%	-1,8%

1981	-1,7%	-15,7%	3,9%	-2,2%	-3,6%	-7,6%	-11,2%	-5,0%	-8,4%	0,9%	-2,1%
1982	-3,3%	-12,5%	1,7%	-2,8%	-3,2%	-5,8%	-11,1%	-6,2%	-6,1%	0,9%	-5,2%
1983	3,3%	-14,8%	-0,2%	-2,5%	-2,5%	-6,5%	-10,4%	-5,5%	-7,9%	0,9%	-4,4%
1984	-2,5%	-11,0%	1,9%	-2,8%	-1,9%	-7,6%	-11,4%	-5,3%	-5,5%	0,9%	-5,1%
1985	-2,5%	-10,2%	1,8%	-3,0%	-1,1%	-10,3%	-12,3%	-3,6%	-5,9%	0,8%	-6,5%
1986	-3,6%	-10,1%	2,5%	-3,2%	-1,3%	-9,2%	-11,4%	-4,6%	-10,5%	0,8%	-5,6%
1987	-4,2%	-7,9%	0,1%	-2,1%	-1,9%	-8,6%	-10,7%	-5,3%	-8,6%	0,8%	-3,0%
1988	-3,4%	-7,3%	3,9%	-2,6%	-2,1%	-10,4%	-10,4%	-4,2%	-4,3%	0,9%	-3,1%
1989	-3,0%	-7,6%	6,0%	-1,8%	0,1%	-13,0%	-9,6%	-5,0%	-3,4%	0,5%	-2,7%
1990	-2,4%	-6,8%	5,6%	-2,4%	-2,0%	-14,5%	-11,4%	-5,3%	-6,9%	0,6%	-3,6%
1991	-2,9%	-7,4%	-0,3%	-2,9%	-2,9%	-10,4%	-11,4%	-2,7%	-8,0%	0,3%	-4,2%
1992	-1,9%	-8,1%	-5,2%	-4,5%	-2,5%	-11,5%	-10,4%	-4,2%	-5,2%	0,8%	-3,9%
1993	-4,2%	-7,4%	-8,1%	-6,4%	-3,0%	-12,4%	-10,0%	-2,8%	-8,2%	0,8%	-6,6%
1994	-4,9%	-5,1%	-6,6%	-5,5%	-2,4%	-9,0%	-9,1%	-3,5%	-7,5%	0,0%	-6,0%
1995	-5,7%	-4,5%	-6,2%	-5,5%	-3,3%	-7,0%	-7,4%	-4,4%	-5,3%	0,0%	-6,9%
1996	-4,0%	-3,8%	-3,5%	-4,0%	-3,3%	-6,8%	-7,0%	-1,8%	-4,7%	0,3%	-4,8%
1997	-1,9%	-2,1%	-1,2%	-3,3%	-2,7%	-6,0%	-2,7%	-1,1%	-3,4%	-1,1%	-3,1%
1998	-2,4%	-0,8%	1,7%	-2,6%	-2,2%	-3,9%	-2,8%	-0,7%	-3,0%	-0,7%	-3,0%
1999	-2,3%	-0,5%	1,6%	-1,8%	-1,5%	-3,1%	-1,7%	0,6%	-2,7%	-0,6%	-1,1%
2000	-1,6%	0,1%	6,9%	-1,5%	1,3%	-3,7%	-0,8%	2,1%	-2,9%	-1,3%	-0,9%
2001	-0,1%	0,6%	5,0%	-1,5%	-2,8%	-4,5%	-3,1%	-0,2%	-4,3%	-1,3%	-0,6%
2002	-0,7%	0,0%	4,2%	-3,1%	-3,7%	-4,7%	-2,9%	-2,0%	-2,9%	-1,5%	-0,5%
2003	-1,8%	0,0%	2,6%	-4,1%	-4,0%	-5,6%	-3,5%	-3,0%	-2,9%	-1,3%	-0,2%
2004	-1,3%	0,0%	2,4%	-3,6%	-3,8%	-7,3%	-3,5%	-1,9%	-3,4%	-1,3%	-0,3%
2005	-1,7%	-2,3%	2,9%	-3,0%	-3,4%	-5,1%	-4,2%	-0,2%	-6,2%	-1,1%	1,0%
2006	-1,5%	0,4%	4,1%	-2,5%	-1,6%	-2,5%	-3,4%	0,6%	-3,9%	-0,8%	1,8%

Source : IMF

Tabela 2

Países	General government net debt, Percent of GDP		
	France	Germany	Italy
1980	n/a		9,12% n/a
1981	n/a		12,58% 50,34%
1982	n/a		15,88% 49,04%
1983	13,22%		17,19% 58,92%
1984	15,18%		18,79% 63,45%
1985	22,67%		18,77% 69,96%
1986	25,31%		18,84% 77,72%
1987	24,36%		19,63% 82,70%
1988	24,56%		21,23% 85,68%
1989	24,58%		20,16% 88,03%
1990	25,41%		20,70% 89,53%
1991	27,89%		20,07% 92,50%
1992	30,88%		33,40% 99,15%

1993	35,65%	37,11%	108,91%
1994	41,39%	39,45%	114,51%
1995	46,71%	47,43%	114,19%
1996	49,03%	50,30%	113,68%
1997	49,62%	51,67%	113,56%
1998	49,74%	51,82%	111,20%
1999	49,17%	53,46%	109,26%
2000	47,61%	51,51%	105,57%
2001	48,23%	52,11%	105,21%
2002	49,11%	54,30%	102,07%
2003	53,18%	57,73%	101,45%
2004	55,26%	59,99%	100,79%
2005	57,04%	61,72%	102,70%
2006	54,43%	60,21%	102,74%

Fonte: FMI

Tabela 3

País	Inflation, end of period consumer prices											
	Austria	Belgium	Finland	France	Germany	Greece	Ireland	Italy	Netherlands	Portugal	Slovenia	Spain
1980	0,7%	0,9%	1,4%	1,4%	n/a	2,6%	n/a	2,1%	0,9%	1,3%	n/a	1,5%
1981	6,4%	8,1%	9,9%	13,9%	n/a	23,5%	n/a	19,5%	7,3%	25,4%	n/a	14,4%
1982	4,7%	8,1%	8,9%	9,7%	n/a	19,0%	n/a	16,5%	4,3%	19,0%	n/a	14,0%
1983	3,8%	7,2%	8,5%	9,3%	n/a	20,0%	n/a	14,7%	3,0%	33,5%	n/a	12,2%
1984	5,0%	5,3%	6,1%	6,7%	n/a	17,5%	n/a	10,7%	2,8%	21,5%	n/a	9,0%
1985	2,8%	4,0%	4,9%	4,7%	n/a	25,5%	n/a	9,3%	1,6%	16,7%	n/a	8,2%
1986	1,1%	0,6%	3,4%	2,1%	n/a	16,9%	n/a	5,8%	-0,1%	10,4%	n/a	8,3%
1987	1,6%	1,4%	3,6%	3,1%	n/a	15,9%	n/a	4,7%	-0,5%	8,9%	n/a	4,6%
1988	1,9%	1,9%	5,9%	3,1%	n/a	13,7%	n/a	5,1%	1,2%	11,9%	n/a	5,8%
1989	2,9%	3,6%	7,1%	3,6%	n/a	15,0%	n/a	6,3%	1,3%	11,5%	n/a	6,9%
1990	3,5%	3,5%	2,1%	3,2%	n/a	22,9%	n/a	6,5%	2,6%	14,0%	n/a	6,5%
1991	2,7%	2,8%	4,5%	3,1%	n/a	17,9%	n/a	6,3%	3,7%	9,3%	n/a	5,5%
1992	3,6%	2,4%	2,6%	1,9%	0,0%	14,5%	n/a	5,1%	2,3%	8,0%	n/a	5,4%
1993	3,1%	2,7%	3,0%	2,1%	3,3%	11,9%	n/a	4,5%	2,6%	5,9%	22,7%	4,9%
1994	2,4%	1,9%	1,5%	1,5%	4,2%	10,8%	n/a	4,1%	2,6%	3,9%	19,5%	4,3%
1995	1,2%	1,5%	-0,4%	2,2%	2,5%	7,8%	n/a	5,2%	2,7%	3,4%	9,0%	4,3%
1996	2,0%	2,1%	1,7%	1,7%	1,3%	6,9%	n/a	4,0%	1,9%	2,7%	9,2%	3,3%
1997	1,1%	0,9%	1,6%	1,2%	1,3%	4,6%	1,0%	2,0%	2,2%	1,9%	8,7%	1,9%
1998	0,6%	0,7%	0,8%	0,3%	0,2%	3,7%	2,2%	2,0%	1,5%	2,7%	6,5%	1,4%
1999	1,1%	2,1%	2,2%	1,4%	1,3%	2,3%	3,9%	1,7%	1,9%	1,7%	8,0%	2,8%
2000	2,1%	3,0%	2,9%	1,7%	2,2%	3,7%	4,6%	2,5%	2,9%	3,8%	8,9%	4,0%
2001	2,0%	2,0%	2,3%	1,4%	1,4%	3,5%	4,3%	2,8%	5,1%	4,0%	7,0%	2,5%
2002	1,7%	1,3%	1,7%	2,2%	1,2%	3,5%	4,6%	2,5%	3,2%	4,0%	7,2%	4,0%
2003	1,2%	1,7%	1,2%	2,4%	1,0%	3,1%	3,0%	2,7%	1,6%	2,3%	4,6%	2,7%

2004	2,4%	1,9%	0,1%	2,3%	2,3%	3,1%	2,4%	2,2%	1,2%	2,6%	3,2%	3,3%
2005	1,8%	2,8%	1,1%	1,8%	2,1%	3,5%	1,9%	2,0%	2,1%	2,5%	2,3%	3,7%
2006	1,5%	2,1%	1,2%	1,7%	1,4%	3,2%	3,0%	2,1%	1,7%	2,5%	2,8%	2,7%
2007	3,5%	3,1%	1,9%	2,8%	-0,2%	3,9%	3,5%	2,6%	1,6%	2,4%	5,6%	4,3%

Source:

IMF

Tabela 4

Current account balance, percent of GDP.

País	Austria	Belgium	Finland	France	Germany	Greece	Ireland	Italy	Netherlands	Portugal	Slovenia	Spain
1980	-5,1%	-4,1%	-2,7%	-0,6%	-1,9%	7,8%	-10,9%	-3,7%	n/a	-3,4%	n/a	-2,4%
1981	-3,8%	-4,1%	-0,8%	-0,8%	-0,7%	14,9%	-13,7%	-3,7%	5,5%	-15,1%	n/a	-2,6%
1982	0,8%	-2,9%	-1,7%	-2,1%	0,7%	-5,2%	-9,8%	-2,5%	7,5%	-11,1%	n/a	-2,4%
1983	0,2%	-0,6%	-2,1%	-0,9%	0,6%	-8,9%	-6,7%	0,3%	7,8%	-6,0%	n/a	-1,5%
1984	-0,4%	-0,1%	0,1%	-0,1%	1,5%	-7,2%	-5,9%	-1,0%	10,6%	-2,5%	n/a	1,2%
1985	-0,2%	0,8%	-1,3%	-0,1%	2,7%	-11,2%	-4,3%	-1,3%	7,2%	1,5%	n/a	1,2%
1986	0,0%	2,7%	-0,9%	0,3%	4,2%	-7,0%	-3,2%	0,4%	2,4%	3,2%	n/a	1,5%
1987	--	1,9%	-1,9%	-0,5%	3,9%	-1,0%	-0,3%	-0,4%	1,8%	1,0%	n/a	0,0%
1988	-0,2%	2,3%	-2,5%	-0,5%	4,1%	-2,0%	-0,2%	-0,9%	2,9%	-2,0%	n/a	-1,0%
1989	0,2%	2,3%	-4,9%	-0,5%	4,6%	-6,3%	-1,7%	-1,7%	3,9%	0,3%	n/a	-2,9%
1990	0,7%	1,8%	-5,0%	-0,8%	2,9%	-6,3%	-1,6%	-1,9%	2,7%	-0,2%	n/a	-3,5%
1991	0,0%	2,3%	-5,3%	-0,5%	-1,3%	-4,5%	-0,3%	-2,5%	2,4%	-0,8%	n/a	-3,6%
1992	-0,4%	3,0%	-4,6%	0,3%	-1,1%	-1,7%	0,5%	-2,7%	2,1%	-0,2%	3,8%	-3,5%
1993	-0,8%	5,2%	-1,3%	0,7%	-0,9%	-2,2%	3,7%	1,2%	4,1%	0,3%	1,1%	-1,1%
1994	-1,6%	5,3%	1,1%	0,5%	-1,4%	0,2%	2,9%	1,3%	5,0%	-2,3%	2,8%	-1,2%
1995	-2,8%	5,6%	4,1%	0,5%	-1,2%	-0,9%	2,9%	2,1%	6,1%	-0,1%	-1,0%	-0,3%
1996	-2,8%	5,0%	4,0%	1,2%	-0,6%	-2,5%	3,4%	3,2%	5,1%	-3,5%	0,2%	-0,2%
1997	-2,4%	5,5%	5,6%	2,7%	-0,5%	-2,4%	3,2%	2,8%	6,5%	-5,8%	0,2%	-0,1%
1998	-1,6%	5,2%	5,6%	2,6%	-0,7%	-4,4%	0,8%	1,6%	3,2%	-7,1%	-0,6%	-1,2%
1999	-1,6%	7,9%	5,9%	3,1%	-1,3%	-6,3%	0,2%	0,7%	3,8%	-8,5%	-3,3%	-2,9%
2000	-0,7%	4,0%	8,1%	1,6%	-1,7%	-7,8%	-0,4%	-0,5%	1,9%	-10,2%	-2,7%	-4,0%
2001	-0,8%	3,4%	8,6%	1,9%	0,0%	-7,2%	-0,6%	-0,1%	2,4%	-9,9%	0,2%	-3,9%
2002	2,7%	4,6%	8,8%	1,4%	2,0%	-6,5%	-1,0%	-0,8%	2,5%	-8,1%	1,0%	-3,3%
2003	1,7%	4,1%	5,1%	0,8%	1,9%	-6,4%	0,0%	-1,3%	5,5%	-6,1%	-0,8%	-3,5%
2004	2,1%	3,5%	6,5%	0,5%	4,3%	-5,8%	-0,6%	-0,9%	7,5%	-7,7%	-2,7%	-5,3%
2005	2,0%	2,6%	3,6%	-0,9%	4,6%	-7,4%	-3,5%	-1,6%	7,2%	-9,7%	-2,0%	-7,4%
2006	2,4%	2,7%	4,6%	-1,3%	5,0%	-11,0%	-4,2%	-2,6%	8,3%	-9,4%	-2,8%	-8,6%
2007	2,7%	3,2%	4,6%	-1,3%	5,6%	-13,9%	-4,5%	-2,2%	6,6%	-9,4%	-4,8%	10,1%

Fonte FMI

Tabela 5

IPC - base de dados do FMI

Ano\País	Argentina	Brazil	Paraguay	Uruguay
1980			15,00%	42,82%
1981			8,21%	31,25%
1982			8,80%	19,05%
1983			14,11%	52,00%
1984			29,80%	66,67%
1985			23,09%	83,16%
1986	100,00%		24,10%	70,40%
1987	175,00%		31,99%	57,34%
1988	390,91%		16,90%	69,02%
1989	4968,52%		28,53%	89,16%
1990	1343,99%		44,07%	128,93%
1991	83,99%	533,33%	11,84%	81,45%
1992	17,55%	1110,53%	17,78%	58,91%
1993	12,57%	2482,61%	20,37%	52,88%
1994	3,85%	916,48%	18,30%	44,09%
1995	1,61%	22,41%	10,53%	35,44%
1996	0,05%	9,56%	8,18%	24,33%
1997	0,33%	5,22%	6,20%	15,17%
1998	0,67%	1,66%	14,64%	8,63%
1999	-1,81%	8,94%	5,41%	4,17%
2000	-0,73%	5,97%	8,64%	5,05%
2001	-1,54%	7,67%	8,39%	3,60%
2002	40,95%	12,53%	14,65%	25,94%
2003	3,66%	9,30%	9,32%	10,19%
2004	6,10%	7,60%	2,81%	7,60%
2005	12,33%	5,69%	9,86%	4,90%
2006	9,84%	3,14%	12,48%	6,39%
2007	8,47%	4,46%	6,00%	8,50%

Fonte: FMI

Tabela 6

Grau de Abertura (EX+IM)/Pib	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1990	15%	17%	89%	42%
1991	14%	17%	82%	39%
1992	15%	19%	80%	40%
1993	16%	20%	106%	39%
1994	18%	19%	115%	40%
1995	20%	16%	124%	38%
1996	21%	15%	108%	40%
1997	23%	16%	99%	41%
1998	23%	16%	109%	40%
1999	21%	20%	84%	37%
2000	23%	22%	87%	40%
2001	22%	26%	82%	38%
2002	42%	27%	96%	42%

2003	41%	27%	98%	51%
2004	44%	29%	78%	61%
2005	44%	27%	74%	60%
2006	44%	26%	69%	60%
2007	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: IFS

Tabela 7

Comércio Intra- Mercosul	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
1990								
1991					35,20%	27,18%		
1992					37,53%	33,41%		
1993					39,61%	33,80%		
1994					52,01%	36,82%	46,98%	49,20%
1995					57,45%	37,22%	47,10%	46,07%
1996					63,26%	48,32%	48,06%	43,98%
1997					53,86%	53,73%	49,72%	43,37%
1998					52,34%	47,75%	55,30%	43,34%
1999					41,50%	46,70%	45,06%	43,54%
2000					63,47%	50,24%	44,57%	43,79%
2001					52,40%	50,94%	40,76%	44,11%
2002	22,38%	11,29%	5,60%	11,33%	58,12%	50,56%	32,61%	48,05%
2003	19,13%	17,47%	7,90%	10,93%	59,15%	48,49%	30,54%	47,58%
2004	19,70%	23,75%	9,41%	9,64%	53,21%	48,49%	26,12%	44,45%
2005	19,10%	27,31%	10,13%	9,17%	53,74%	41,59%	23,01%	42,04%
2006	21,36%	27,24%	10,16%	9,43%	48,10%	30,01%	23,83%	45,87%
2007	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fonte: IFS, Indec, INE Uruguay, Banco Central Paraguai

Tabela 8

Argentina	Metodologia harmonizada	
	Pesos milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado primário do governo nacional	
dez/99	-324	-0,1
mar/00	-858	-0,3
jun/00	44	0
set/00	194	0,1
dez/00	1120	0,4
mar/01	655	0,2
jun/01	663	0,2
set/01	915	0,3
dez/01	671	0,2
mar/02	-972	-0,3
jun/02	-1590	-0,5
set/02	-1401	-0,4
dez/02	219	0,1
mar/03	3879	1,2
jun/03	6123	1,7

set/03	7606	2
dez/03	7977	2,1
mar/04	9408	2,1
jun/04	14204	3,5
set/04	16935	4,1
dez/04	16027	3,6
mar/05	17330	3,8
jun/05	16666	3
set/05	16842	3,1
dez/05	18743	3,3
mar/06	19047	3,3
jun/06	19455	2,9
set/06	19386	2,9
dez/06	19923	2,8
mar/07	18894	2,8

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 9

Brasil	Metodologia harmonizada	
	Reais Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado primário do governo nacional	
set/00	25.893	2,3
dez/00	29.120	2,5
mar/01	29.958	2,5
jun/01	31.820	2,6
set/01	30.417	2,4
dez/01	28.473	2,2
mar/02	25.479	1,9
jun/02	26.495	1,9
set/02	35.559	2,5
dez/02	36.435	2,5
mar/03	48.268	3,2
jun/03	46.922	3
set/03	43.810	2,7
dez/03	47.288	2,8
mar/04	43.096	2,5
jun/04	50.837	2,8
set/04	55.621	3
dez/04	55.161	2,8
mar/05	60.413	3
jun/05	65.176	3,2
set/05	66.125	3,2
dez/05	63.098	2,9
mar/06	61.470	2,8
jun/06	64.242	2,9
set/06	60.166	2,6
dez/06	59.210	2,6
mar/07	59.803	2,5
jun/07	65.984	2,7
set/07	62.845	2,5
dez/07	66.562	2,6

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 10

Paraguai	Metodologia harmonizada	
	Guaraníes Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado primário do governo nacional	
dez/99	-774.047	3,20%
mar/00	x	x
jun/00	-695.287	2,90%
set/00	-726.784	3,00%
dez/00	-781.562	3,20%
mar/01	-303.631	1,20%
jun/01	-127.831	0,50%
set/01	275.118	1,10%
dez/01	261.162	1,00%
mar/02	-180.307	0,70%
jun/02	-286.531	1,00%
set/02	-37.083	0,10%
dez/02	-149.414	0,50%
mar/03	-294.382	1,00%
jun/03	-214.735	0,70%
set/03	-549.502	1,60%
dez/03	219.056	0,60%
mar/04	595.669	1,60%
jun/04	1.319.137	3,50%
set/04	2.161.250	5,50%
dez/04	824.041	2,00%
mar/05	1.505.310	3,70%
jun/05	1.272.231	3,00%
set/05	411.231	1,00%
dez/05	966.138	2,10%
mar/06	1.224.778	2,40%
jun/06	1.613.221	3,20%
set/06	1.727.525	3,40%
dez/06	1.710.618	3,30%
mar/07	1.112.559	2,00%
jun/07	1.351.702	2,40%
set/07	1.434.482	2,50%
dez/07	1.389.021	2,40%

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 11

Uruguai	Metodologia harmonizada	
	Pesos Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado primário do governo nacional	
dez/99	-4.010	-1,70%
mar/00	-4.979	-2,10%
jun/00	-5.026	-2,10%
set/00	-4.642	-1,90%

dez/00	-2.724	-1,10%
mar/01	-1.985	0,00%
jun/01	-2.783	-1,10%
set/01	-2.813	-1,10%
dez/01	-2.600	-1,10%
mar/02	-3.769	-1,60%
jun/02	-1.810	-0,80%
set/02	-248	-0,10%
dez/02	1.846	0,70%
mar/03	3.660	1,40%
jun/03	5.894	2,10%
set/03	7.594	2,60%
dez/03	9.463	3,00%
mar/04	11.704	3,50%
jun/04	13.592	3,90%
set/04	16.123	4,40%
dez/04	14.999	4,00%
mar/05	13.962	3,60%
jun/05	13.480	3,40%
set/05	12.935	3,20%
dez/05	16.016	3,90%
mar/06	17.808	4,20%
jun/06	16.885	3,90%
set/06	16.927	3,80%
dez/06	17.468	3,80%
mar/07	15.890	3,30%
jun/07	21.723	4,30%
set/07	23.826	4,60%
dez/07	18.507	3,40%

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 12

Argentina	Metodologia harmonizada	
	Pesos milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado nominal do governo nacional	
dez/99	-7541	-2,7
mar/00	-8.262	-2,9
jun/00	-7.797	-2,7
set/00	-6.571	-2,3
dez/00	-5.700	-2
mar/01	-7.422	-2,8
jun/01	-9.294	-3,5
set/01	-9.494	-3,5
dez/01	-9.512	-4
mar/02	-12.347	-4
jun/02	-16.096	-5,1
set/02	-19.298	-6,2
dez/02	-22.542	-7,2
mar/03	-20.520	-6,1
jun/03	-18.355	-5,2
set/03	-18.207	-4,8

dez/03	-17.546	-4,7
mar/04	-17.707	-4
jun/04	-14.379	-3,5
set/04	-13.194	-3,2
dez/04	-15.866	-3,5
mar/05	-12.164	-2,7
jun/05	-7.850	-1,4
set/05	8.117	1,5
dez/05	8.616	1,5
mar/06	12.692	2,2
jun/06	12.359	1,8
set/06	12.934	1,9
dez/06	11.956	1,7
mar/07	10.804	1,7

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 13

Brasil	Metodologia harmonizada	
	Reais Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado nominal do governo nacional	
set/00	-18.742	-1,6
dez/00	-17.225	-1,5
mar/01	-14.037	-1,2
jun/01	-8.762	-0,7
set/01	-9.482	-0,7
dez/01	-18.380	-1,4
mar/02	-28.515	-2,1
jun/02	-26.865	-2
set/02	-12.688	-0,9
dez/02	-7.809	-0,5
mar/03	-7.164	-0,5
jun/03	-20.997	-1,3
set/03	-53.708	-3,3
dez/03	-55.371	-3,3
mar/04	-50.946	-2,9
jun/04	-34.435	-1,9
set/04	-15.136	-0,8
dez/04	-18.549	-1
mar/05	-23.712	-1,2
jun/05	-38.619	-1,9
set/05	-56.974	-2,7
dez/05	-64.858	-3
mar/06	-73.406	-3,4
jun/06	-67.797	-3
set/06	-63.431	-2,8
dez/06	-62.207	-2,7
mar/07	-54.896	-2,3
jun/07	-51.137	-2,1
set/07	-52.803	-2,1
dez/07	-48.147	-1,9

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 14

Paraguai	Metodologia harmonizada	
	Guaraníes Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado nominal do governo nacional	
dez/99	-830.904	3,40%
mar/00	x	x
jun/00	-722.132	3,00%
set/00	-784.294	3,20%
dez/00	-787.662	3,20%
mar/01	-339.343	1,30%
jun/01	-152.458	0,60%
set/01	166.534	0,60%
dez/01	136.537	0,50%
mar/02	-350.663	1,30%
jun/02	-505.959	1,80%
set/02	-266.106	0,90%
dez/02	-386.442	1,30%
mar/03	-542.943	1,80%
jun/03	-557.498	1,70%
set/03	-923.105	2,70%
dez/03	-212.388	0,60%
mar/04	103.305	0,30%
jun/04	1.146.974	3,00%
set/04	1.670.189	4,30%
dez/04	204.581	0,50%
mar/05	1.101.912	2,70%
jun/05	829.722	2,00%
set/05	66.226	0,20%
dez/05	645.209	1,40%
mar/06	906.749	1,80%
jun/06	1.287.514	2,50%
set/06	1.390.949	2,70%
dez/06	1.439.851	2,80%
mar/07	851.787	1,50%
jun/07	1.070.161	1,90%
set/07	1.155.408	2,00%
dez/07	1.181.355	2,10%

http://gmm.meccon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 15

Uruguai	Metodologia harmonizada	
	Pesos Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Resultado nominal do governo nacional	
dez/99	-9.028	-3,80%
mar/00	-9.806	-4,10%
jun/00	-10.500	-4,40%
set/00	-10.498	-4,30%
dez/00	-9.641	-4,00%
mar/01	-9.048	-3,00%

jun/01	-10.230	-4,10%
set/01	-10.287	-4,10%
dez/01	-10.473	-4,20%
mar/02	-11.216	-4,60%
jun/02	-9.685	-4,00%
set/02	-11.111	-4,50%
dez/02	-12.443	-4,70%
mar/03	-14.151	-5,20%
jun/03	-15.305	-5,30%
set/03	-14.290	-4,80%
dez/03	-12.112	-3,80%
mar/04	-10.321	-3,10%
jun/04	-8.371	-2,40%
set/04	-6.305	-1,70%
dez/04	-8.706	-2,30%
mar/05	-8.870	-2,30%
jun/05	-8.656	-2,20%
set/05	-7.934	-2,00%
dez/05	-3.615	-0,90%
mar/06	-1.797	-0,40%
jun/06	-2.974	-0,70%
set/06	-3.691	-0,80%
dez/06	-3.054	-0,70%
mar/07	-4.367	-0,90%
jun/07	1.124	0,20%
set/07	3.627	0,70%
dez/07	-1.882	-0,40%

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 16

Argentina	Metodologia harmonizada	
	Pesos milhões	% do Pib
data\Discriminação	Dívida Líquida do governo com reservas	
dez/99	86.534	30,5
mar/00	x	x
jun/00	88.200	31
set/00	87.380	30,7
dez/00	96.136	33,8
mar/01	100.537	35,6
jun/01	106.472	37,8
set/01	115.854	41,8
dez/01	122.489	45,6
mar/02	269.886	103
jun/02	379.988	138,2
set/02	428.829	147,6
dez/02	413.970	132,4
mar/03	371.982	111
jun/03	374.708	107
set/03	411.826	114
dez/03	425.841	113,3
mar/04	416.230	106,1

jun/04	428.694	104,3
set/04	433.911	100,9
dez/04	464.258	103,8
mar/05	441.598	96,7
jun/05	312.571	56,6
set/05	306.356	56,5
dez/05	253.518	44,1
mar/06	276.069	48,6
jun/06	272.488	40,3
set/06	263.077	39,2
dez/06	279.437	39,7
mar/07	267.080	39,2

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 17

Brasil	Metodologia harmonizada	
	Reais Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Dívida Líquida do governo com reservas	
set/00	278.448	24,2
dez/00	286.191	24,3
mar/01	289.915	23,8
jun/01	312.661	25
set/01	345.864	27,2
dez/01	325.107	25
mar/02	348.369	26,1
jun/02	403.546	29,3
set/02	474.944	33,3
dez/02	418.747	28,3
mar/03	423.832	27,7
jun/03	398.089	25,2
set/03	435.729	26,6
dez/03	429.636	25,3
mar/04	445.198	25,4
jun/04	447.782	24,6
set/04	427.514	22,7
dez/04	416.286	21,4
mar/05	437.446	22
jun/05	438.046	21,5
set/05	447.320	21,4
dez/05	445.060	20,7
mar/06	476.872	21,7
jun/06	471.471	21,2
set/06	477.069	20,9
dez/06	470.143	20,2
mar/07	505.337	21,2
jun/07	503.912	20,6
set/07	514.586	20,6
dez/07	497.837	19,5

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 18

Paraguai	Metodologia harmonizada	
	Guaraníes Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Dívida Líquida do governo com reservas	
dez/99	3.379.280	14,00%
mar/00	x	x
jun/00	4.383.241	18,20%
set/00	5.159.440	21,30%
dez/00	4.770.752	19,30%
mar/01	5.575.997	22,10%
jun/01	6.015.177	23,50%
set/01	7.301.606	27,90%
dez/01	7.150.456	27,00%
mar/02	7.820.284	28,70%
jun/02	10.448.654	37,20%
set/02	11.144.756	39,00%
dez/02	12.835.653	44,10%
mar/03	12.368.096	40,70%
jun/03	10.458.033	32,60%
set/03	10.755.992	31,70%
dez/03	11.331.369	31,40%
mar/04	10.336.595	27,90%
jun/04	10.135.240	26,60%
set/04	9.567.729	24,50%
dez/04	10.350.750	25,70%
mar/05	10.240.026	24,80%
jun/05	9.510.450	22,50%
set/05	9.229.941	21,40%
dez/05	9.047.367	19,60%
mar/06	8.695.353	17,30%
jun/06	7.044.652	13,90%
set/06	6.265.552	12,20%
dez/06	6.639.057	12,90%
mar/07	5.334.730	9,50%
jun/07	4.593.305	8,10%
set/07	4.304.625	7,50%
dez/07	3.167.885	5,50%

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 19

Uruguai	Metodologia harmonizada	
	Pesos Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Dívida Líquida do governo com reservas	
dez/99	61.725	25,40%
mar/00	68.172	27,70%
jun/00	70.065	28,30%
set/00	74.172	29,70%
dez/00	74.154	29,50%
mar/01	74.816	29,40%
jun/01	82.526	30,60%

set/01	86.968	33,10%
dez/01	97.077	35,40%
mar/02	104.112	37,70%
jun/02	139.032	45,40%
set/02	219.372	58,10%
dez/02	219.109	65,60%
mar/03	254.458	79,50%
jun/03	232.887	82,50%
set/03	240.317	80,10%
dez/03	240.160	73,20%
mar/04	255.303	73,70%
jun/04	260.974	72,40%
set/04	250.816	72,60%
dez/04	239.368	68,50%
mar/05	238.467	67,00%
jun/05	221.921	60,80%
set/05	222.608	59,10%
dez/05	215.470	53,60%
mar/06	222.851	50,20%
jun/06	222.963	50,00%
set/06	227.355	50,40%
dez/06	224.826	48,20%
mar/07	225.904	48,30%
jun/07	223.357	45,40%
set/07	225.425	45,40%
dez/07	210.081	42,40%

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 20

Argentina	Metodologia harmonizada	
	Pesos milhões	% do Pib
data\Discriminação	Dívida Líquida do setor público consolidado	
dez/99	103.549	36,5
mar/00	x	x
jun/00	103.119	36,3
set/00	102.566	36
dez/00	116.987	41,2
mar/01	122.297	43,3
jun/01	130.260	46,3
set/01	141.264	50,9
dez/01	152.570	56,8
mar/02	320.347	122,2
jun/02	442.782	161,1
set/02	494.355	170,2
dez/02	479.001	153,2
mar/03	434.816	129,7
jun/03	436.623	124,7
set/03	471.907	130,7
dez/03	512.721	136,4
mar/04	445.987	113,7
jun/04	470.465	114,5

set/04	493.117	114,7
dez/04	520.239	116,3
mar/05	430.947	94,3
jun/05	346.440	62,7
set/05	294.645	54,3
dez/05	317.923	55,4
mar/06	340.302	59,9
jun/06	336.176	49,7
set/06	326.017	48,6
dez/06	331.375	47,1
mar/07	319.672	46,9

http://gmm.meccon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 21

Brasil	Metodologia harmonizada	
	Reais Milhões	% do Pib
	Dívida Líquida do setor público consolidado	
data\Discriminação		
set/00	494.982	43
dez/00	500.608	42,4
mar/01	532.227	43,7
jun/01	561.959	45
set/01	609.610	47,9
dez/01	589.803	45,3
mar/02	613.952	46,1
jun/02	681.228	49,4
set/02	785.648	55,1
dez/02	753.029	51
mar/03	768.439	50,2
jun/03	739.472	46,8
set/03	781.738	47,7
dez/03	784.186	46,1
mar/04	805.693	45,9
jun/04	821.827	45,1
set/04	808.956	43
dez/04	803.943	41,4
mar/05	821.801	41,3
jun/05	820.758	40,2
set/05	824.381	39,4
dez/05	828.820	38,6
mar/06	859.759	39,2
jun/06	854.380	38,3
set/06	861.969	37,8
dez/06	864.237	37,1
mar/07	897.070	37,6
jun/07	892.022	36,4
set/07	906.509	36,2
dez/07	902.963	35,4

http://gmm.meccon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 22

Paraguai	Metodologia harmonizada	
	Guaraníes Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Dívida Líquida do setor público consolidado	
dez/99	3.374.564	14,00%
mar/00	x	x
jun/00	4.365.569	18,10%
set/00	5.155.890	21,30%
dez/00	4.752.711	19,20%
mar/01	5.550.494	22,00%
jun/01	5.989.675	23,40%
set/01	7.246.619	27,70%
dez/01	7.127.484	26,90%
mar/02	7.786.436	28,60%
jun/02	10.413.383	37,10%
set/02	11.112.373	38,90%
dez/02	12.803.073	44,00%
mar/03	12.317.057	40,50%
jun/03	10.420.563	32,50%
set/03	10.723.539	31,60%
dez/03	11.274.167	31,20%
mar/04	10.223.526	27,60%
jun/04	10.043.359	26,40%
set/04	9.478.198	24,30%
dez/04	10.262.616	25,50%
mar/05	10.105.710	24,50%
jun/05	9.376.135	22,20%
set/05	9.130.387	21,20%
dez/05	8.931.454	19,40%
mar/06	8.572.251	17,10%
jun/06	6.950.185	13,70%
set/06	6.152.837	12,00%
dez/06	6.580.463	12,80%
mar/07	5.205.659	9,30%
jun/07	4.593.305	8,10%
set/07	4.199.151	7,30%
dez/07	3.023.653	5,30%

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

Tabela 23	harmonizada	
Uruguai		
	Pesos Milhões	% do Pib
data\Discriminação	Dívida Líquida do setor público consolidado	
dez/99	66.377	27,30%
mar/00	72.495	29,40%
jun/00	74.864	30,20%
set/00	79.335	31,80%
dez/00	77.088	30,70%
mar/01	77.231	30,30%
jun/01	85.633	31,80%

set/01	90.174	34,30%
dez/01	101.112	36,90%
mar/02	104.112	37,70%
jun/02	143.076	46,70%
set/02	224.682	59,50%
dez/02	224.434	67,20%
mar/03	259.293	81,10%
jun/03	237.918	84,30%
set/03	245.652	81,80%
dez/03	246.433	75,10%
mar/04	260.308	75,10%
jun/04	266.484	73,90%
set/04	256.400	74,30%
dez/04	245.239	70,20%
mar/05	242.845	68,20%
jun/05	227.048	62,20%
set/05	227.723	60,50%
dez/05	220.254	54,80%
mar/06	225.731	50,90%
jun/06	225.916	50,60%
set/06	230.519	51,10%
dez/06	228.191	65,10%
mar/07	227.497	48,70%
jun/07	225.265	45,80%
set/07	227.662	45,80%
dez/07	212.289	42,90%

http://gmm.mecon.gov.ar/indice_por.htm

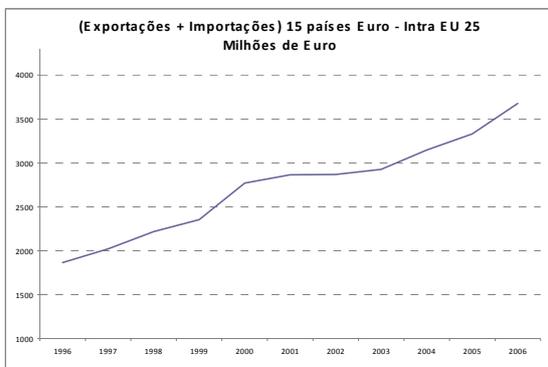
Tabela 24

GDP, Constant prices / Annual percent change

Austria	Belgium	Finland	France	Germany	Greece	Ireland	Italy	Netherlands	Portugal	Slovenia	Spain
2,31%	4,14%	5,12%	1,81%	1,27%	0,00%	2,90%	-1,41%	0,00%	6,73%		1,20%
-0,10%	0,15%	1,27%	0,92%	0,11%	-1,56%	2,51%	0,78%	-0,51%	3,52%		-0,41%
1,91%	0,58%	3,02%	2,43%	-0,79%	-1,13%	1,49%	0,69%	-1,28%	2,16%		1,24%
2,80%	0,40%	2,95%	1,19%	1,55%	-1,08%	-0,73%	0,89%	1,76%	0,97%		1,65%
0,33%	2,10%	3,04%	1,48%	2,83%	2,01%	3,20%	3,23%	3,12%	-1,04%		1,70%
2,24%	1,85%	3,28%	#####	2,19%	2,51%	1,95%	2,80%	2,66%	1,64%		2,36%
2,34%	1,85%	2,63%	2,45%	2,42%	0,51%	0,42%	2,86%	3,12%	3,32%		3,43%
1,68%	2,37%	3,56%	2,49%	1,47%	-2,26%	3,64%	3,19%	1,85%	7,63%		5,71%
1,87%	4,57%	5,10%	4,60%	3,74%	4,29%	3,00%	4,19%	2,98%	5,34%		5,28%
3,53%	3,62%	5,42%	4,16%	3,91%	3,80%	5,62%	3,39%	4,78%	6,65%		5,00%
4,60%	3,09%	0,08%	2,64%	5,72%	0,00%	7,71%	#####	4,06%	7,86%		3,85%
3,60%	1,80%	-6,24%	1,02%	5,01%	3,10%	1,64%	1,53%	2,41%	3,37%		2,53%
2,36%	1,33%	-3,74%	1,37%	2,31%	0,70%	3,58%	0,77%	1,49%	3,13%		0,85%
0,33%	-0,69%	-0,92%	-0,91%	-0,79%	-1,60%	2,31%	-0,89%	0,65%	-0,69%	2,80%	-1,31%
2,66%	3,29%	3,58%	2,22%	2,63%	2,00%	5,90%	2,15%	2,86%	1,49%	5,30%	2,33%
1,91%	4,28%	3,93%	2,12%	1,84%	2,10%	9,59%	2,83%	3,03%	2,31%	4,10%	4,12%
2,62%	1,14%	3,69%	1,11%	0,95%	2,36%	8,26%	0,72%	3,41%	3,62%	3,73%	2,42%

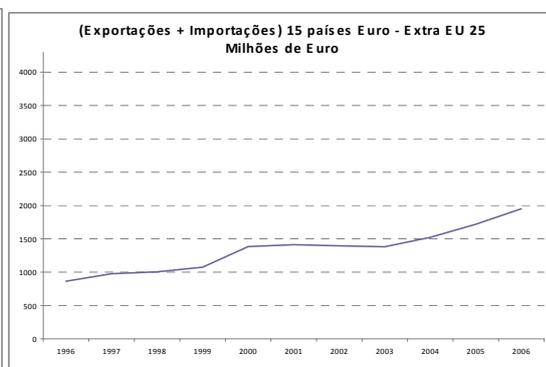
1,84%	3,50%	6,09%	2,24%	1,71%	3,64%	11,49%	1,89%	4,28%	4,19%	4,84%	3,87%
3,56%	1,77%	5,19%	3,50%	1,98%	3,36%	8,46%	1,44%	3,92%	4,85%	3,87%	4,47%
3,32%	3,32%	3,89%	3,30%	1,93%	3,42%	10,73%	1,93%	4,68%	3,84%	5,42%	4,75%
3,36%	3,94%	5,01%	3,91%	3,13%	4,48%	9,15%	3,58%	3,94%	3,92%	4,10%	5,05%
0,83%	0,74%	2,64%	1,85%	1,24%	4,49%	5,91%	1,82%	1,93%	2,02%	3,10%	3,65%
0,86%	1,40%	1,64%	1,03%	0,01%	3,90%	6,43%	0,46%	0,08%	0,76%	3,65%	2,70%
1,21%	1,01%	1,77%	1,09%	-0,27%	5,04%	4,33%	-0,01%	0,34%	-0,81%	2,82%	3,10%
2,31%	2,79%	3,73%	2,47%	1,06%	4,58%	4,27%	1,53%	2,24%	1,52%	4,45%	3,27%
2,04%	1,97%	2,84%	1,71%	0,76%	3,83%	5,92%	0,55%	1,51%	0,91%	4,14%	3,62%
3,30%	2,91%	4,85%	1,99%	2,88%	4,19%	5,74%	1,84%	3,01%	1,34%	5,72%	3,86%
3,44%	2,68%	4,40%	1,88%	2,53%	4,00%	5,28%	1,46%	3,46%	1,89%	6,07%	3,82%

Gráfico 1



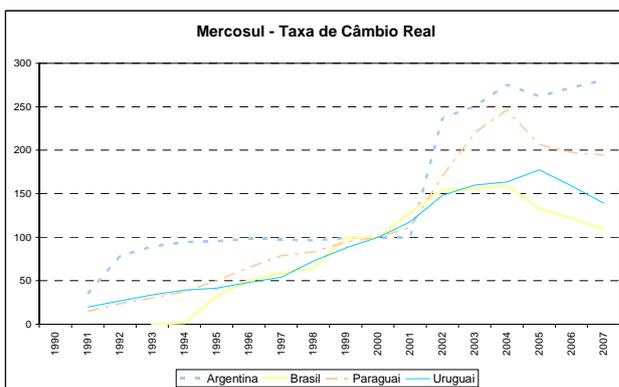
Fonte: Eurostat

Gráfico 2



Fonte: Eurostat

Gráfico 3



Fonte: IFS